

FONASEFE / FONACATE / CENTRAIS SINDICAIS

OFÍCIO Nº 002/2026/FONASEFE/FONACATE/CENTRAIS SINDICAIS

Brasília-DF, 26 de junho de 2026.

A Sua Senhoria o Senhor

JOSÉ LOPEZ FEIJÓO

Secretário de Relações de Trabalho do Ministério da Gestão e da Inovação

Esplanada dos Ministérios, Bloco C,

CEP 70.040-906 - Brasília/DF

Assunto: **Aditivo a Pauta de Reivindicações dos Servidores Públicos Federais de 2026.**

Prezado Secretário,

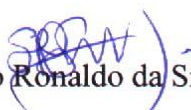
As entidades dos Fóruns e Centrais Sindicais, aqui representadas, vêm, por meio deste, encaminhar a Vossa Senhoria, de forma unificada, os ajustes nos itens da pauta de reivindicações dos Servidores Públicos Federais referentes às cláusulas econômicas, para contribuir com as discussões que ocorrerão durante o ano de 2026 com o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (doc. em anexo).

Reafirmamos que todos os pontos da pauta de reivindicações são fundamentais para as categorias dos servidores públicos federais, sem o prejuízo de outros pontos a serem incluídos futuramente.

Nesse sentido, relembramos que, na reunião ocorrida no dia 25/06/2026, a bancada sindical solicitou que seja realizada uma reunião extraordinária da Mesa Nacional de Negociação Permanente - MNNP/MGI, preferencialmente antes do envio do PLOA ao Congresso Nacional, com o objetivo principal de debater os recursos destinados às demandas econômicas dos servidores no Projeto de Lei Orçamentário Anual - PLOA/2027.

Colocamo-nos à disposição e aguardamos o retorno com o agendamento da reunião extraordinária solicitada pela bancada sindical da Mesa Nacional de Negociação Permanente.

Atenciosamente,


Sérgio Ronaldo da Silva

FONASEFE / FONACATE / CENTRAIS SINDICAIS

ESTUDO TÉCNICO 569

Servidores Públicos Federais

Inflação acumulada, reajustes ocorridos e reajuste necessário nos períodos

(Documento técnico para subsidiar os debates do FONASEFE em relação à Pauta Nacional de Reinvindicações dos Servidores Federais)

– Atualização do Estudo Técnico 523 de janeiro de 2026 –

Junho de 2026

FONASEFE / FONACATE / CENTRAIS SINDICAIS

DiEESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Sumário

1. Informações relativas à inflação – *páginas 3 a 5*
2. Informações referentes aos reajustes salariais no período analisado (2016 a 2023) e (2025 a 2026) – *páginas 6 a 9*
3. Reajustes salariais necessários no período analisado conforme cada Bloco de Servidoras (es) – *páginas 10 a 12*

1 - Servidores Públicos Federais

Informações relativas à inflação

Projeções inflacionárias

Focus

MEDIANAS DAS EXPECTATIVAS DE MERCADO

19 de junho de 2026

		2026				2027				2028				2029	
		Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal*	Há 4 semanas	Há 1 semana
IPCA (%)		5,04	5,30	5,33	▲ (15)	4,01	4,10	4,15	▲ (5)	3,70	▲ (2)	3,50	= (42)		
PIB (var. %)		1,89	1,96	1,98	▲ (5)	1,70	1,70	1,70	= (4)	2,00	= (119)	2,00	= (66)		
CÂMBIO (R\$/US\$)		5,17	5,20	5,20	= (1)	5,26	5,25	5,27	▲ (2)	5,30	= (4)	5,40	= (1)		
SELIC (% a.a.)		13,25	13,75	14,00	▲ (3)	11,25	12,00	12,00	= (1)	10,25	= (1)	10,00	= (7)		

* comportamento dos indicadores desde o último Focus; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento.

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade
em relação ao Focus anterior

- Obs.:** Relatório de Mercado Focus, Relatório Focus ou Boletim Focus é uma publicação online, divulgada todas as segundas-feiras pelo Banco Central do Brasil contendo resumo das expectativas de mercado a respeito de alguns indicadores da economia brasileira. **Ou seja, as estimativas utilizadas acima poderão ser alteradas futuramente.**

Inflação acumulada

- Inflação acumulada no período de Setembro/2016 a Dezembro/2025
 - IPCA/IBGE acumulado = 56,30% (*estudo em anexo*)
- Inflação projetada relativa ao IPCA/IBGE (Boletim FOCUS do Banco Central)
 - 2026 = 5,33%

• Total geral no período de Setembro/2016 a Dez/2026 = 64,63%

2 - Servidores Públicos Federais

Informações relativas aos reajustes salariais no período analisado (2017 a 2023)

Reajustes nos períodos (2017 a 2023)

- **Bloco I** – Servidores (as) Públicos (as) Federais que em 2015 fizeram acordo resultando no reajuste anual em 2017
 - 2017 = 5,0% (Conquista oriunda da greve de 2015)
 - 2023 = 9,0% (Campanha Salarial emergencial)
 - **Reajuste acumulado = 14,45%**
- **Bloco II** – Servidores (as) Públicos (as) Federais que em 2015 fizeram acordo resultando nos reajustes anuais em 2017, 2018 e 2019
 - 2017 = 5,0% (Conquista oriunda da greve de 2015)
 - 2018 = 4,75% (Conquista oriunda da greve de 2015)
 - 2019 = 4,5% (Conquista oriunda da greve de 2015)
 - 2023 = 9,0% (Campanha Salarial emergencial)
 - **Reajuste acumulado = 25,28%**

2 - Servidores Públicos Federais

Informações relativas aos reajustes salariais no período analisado (2025 a 2026)

Reajustes no período (2025 a 2026)

- Servidores (as) Públicos (as) Federais cujos índices, no geral, correspondam a 9% (2025) mais 5% (2026). Cabe destacar que, **em várias negociações, o índice final de reajuste tem correspondido a valores acima desse percentual acumulado de 14,45%.**
 - 2025 = **9,0%** (índice negociado com várias Carreiras)
 - 2026 = **5,0%** (índice negociado com várias Carreiras)
- Em alguns casos, as propostas de algumas Carreiras preveem também aumento dos *STEPS* para os níveis Superior e Intermediário, além dos percentuais de reajustes previstos.
 - Determinadas carreiras obtiveram índices superiores ao percentual de 14,45%.

(cálculos financeiros – a conta não é aritmética)

3 - Servidores Públicos Federais

**Reajustes salariais necessários no período de Set/2016
a Dez/2026 conforme cada Bloco de Servidoras (es)**

Reajustes Necessários (Blocos I e II)

- **Bloco I** – Servidores (as) Públicos (as) Federais que em 2015 fizeram acordo resultando no reajuste anual de 2017, além dos 9% referentes ao ano de 2023
 - Levando-se em consideração os reajustes de 2016 a 2026:
 - Reajuste no período = 14,45% (2017 a 2023) + 14,45% (2025 a 2026) = 30,99%
 - Reajuste necessário = 64,63% - 30,99% = **25,68%** (cálculos financeiros)
 - Cálculo do Reajuste Necessário no período: (cálculos financeiros – a conta não é aritmética)

Inflação acumulada no período de Setembro/2016 a Dezembro/2026	64,63%
Reajuste acumulado no período (Set/2016 a 2026)	30,99%
Reajuste Necessário no período analisado	25,68%

Reajustes Necessários (Blocos I e II)

- **Bloco II** – Servidores (as) Públicos (as) Federais que em 2015 fizeram acordo resultando nos reajustes anuais de 2017, 2018 e 2019, além dos 9% referentes ao ano de 2023
 - Levando-se em consideração os reajustes de 2016 a 2026:
 - Reajuste no período = 25,28% (2017 a 2023) + 14,45% (2025 a 2026) = 43,38%
 - Reajuste necessário = 64,63% - 43,38% = **14,82%** (cálculos financeiros)
 - Cálculo do Reajuste Necessário no período: (cálculos financeiros – a conta não é aritmética)

Inflação acumulada no período de Setembro/2016 a Dezembro/2026	64,63%
Reajuste acumulado no período (Set/2016 a 2026)	43,38%
Reajuste Necessário no período analisado	14,82%

IMPORTANTE

- Que seja registrado em Acordo que o governo se compromete a abrir uma negociação com a representação dos Servidores para tratar das Perdas Salariais históricas verificadas a partir de julho de 2010 –**



Informações gerais e orçamentárias e análise de alguns itens da Pauta dos Servidores Públicos Federais

JUNHO/2026

FONASEFE / FONACATE / CENTRAIS SINDICAIS

Informações gerais e orçamentárias

– Arrecadação de Receitas Federais –

Arrecadação de Receitas Federais

fonte: <https://www.gov.br/receita-federal/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/relatorios/arrecadacao-federal>

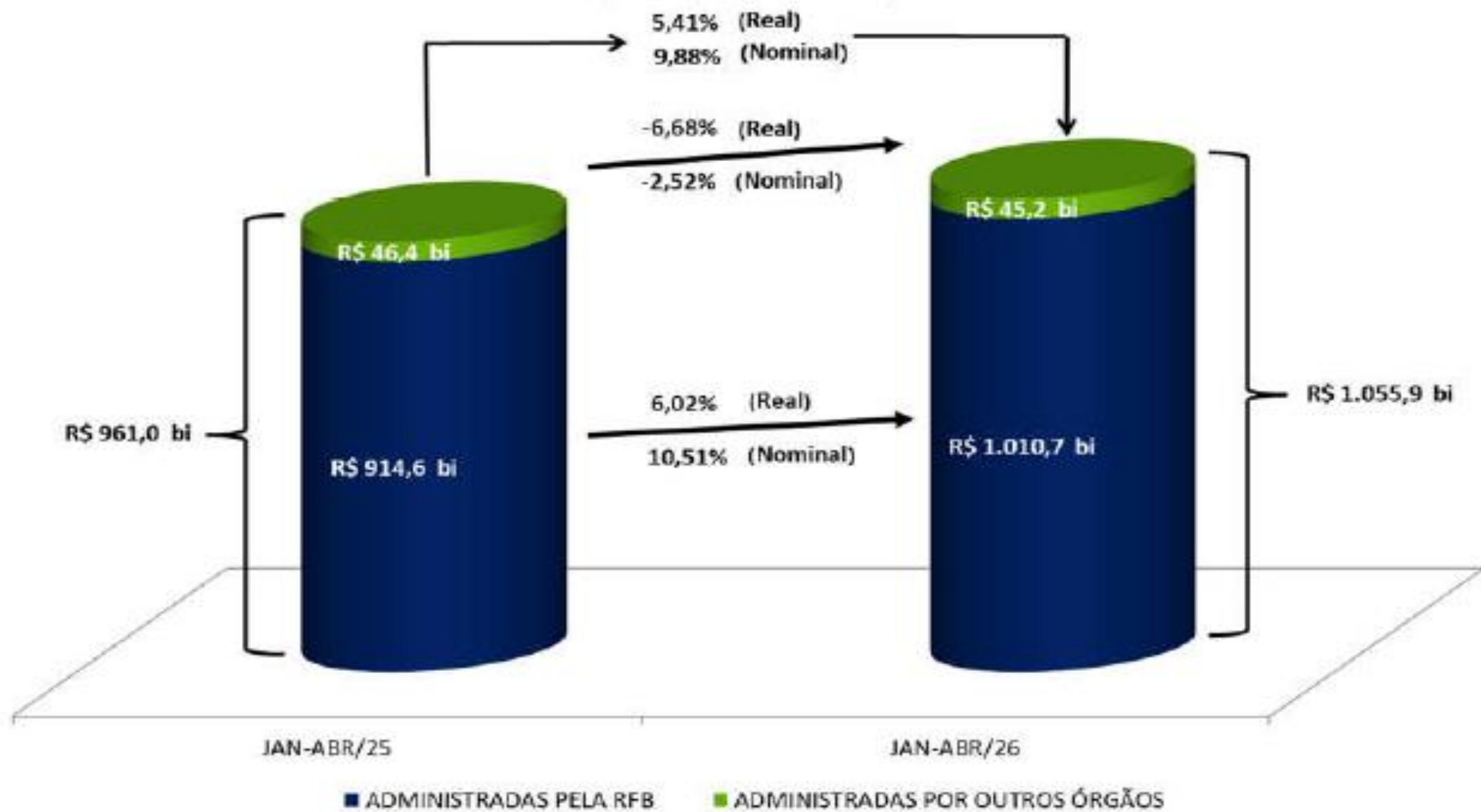
Arrecadação de receitas federais alcança R\$ 278.823 Milhões em abril/2026

- A arrecadação total das Receitas Federais atingiu, em abril de 2026, o valor de **R\$ 278.823 milhões**, registrando **acréscimo real (IPCA) de 7,82%** em relação a abril de 2025.
- No período acumulado de janeiro a abril de 2026, a arrecadação alcançou o valor de R\$ 1.055.940 milhões, representando um **acréscimo pelo IPCA de 5,41%**.
- Importante observar que se trata do **melhor desempenho arrecadatório desde 2000**, tanto para o mês de abril quanto para o quadrimestre.

Arrecadação de receitas federais alcança R\$ 278.823 Milhões em abril/2026

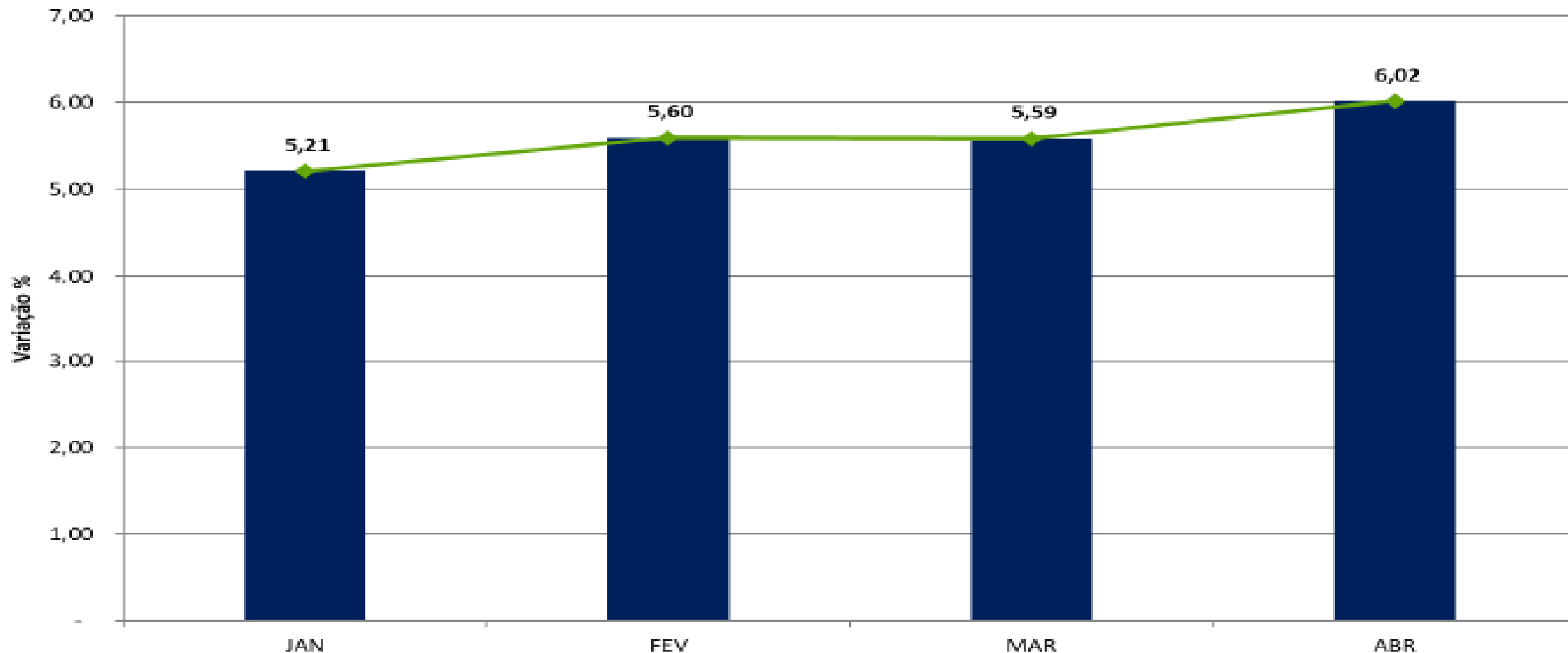
- Quanto às Receitas Administradas pela RFB, o valor arrecadado, em abril de 2026, foi de **R\$ 258.779 milhões**, representando um **acréscimo real (IPCA) de 7,31%**, enquanto no período acumulado de janeiro a abril de 2026, a arrecadação alcançou **R\$ 1.010.721 milhões**, registrando **acréscimo real (IPCA) de 6,02%**.
- O acréscimo observado no período pode ser explicado, principalmente, pelo crescimento da arrecadação da contribuição previdenciária e pelos desempenhos das arrecadações do PIS/Cofins, do IRRF-Capital e do IOF.

ARRECAÇÃO DAS RECEITAS FEDERAIS
PERÍODO: JANEIRO A ABRIL - 2026/2025
(A PREÇOS CORRENTES)



Arrecadação de receitas federais – Variação % real acumulada (IPCA)

DESEMPENHO DA ARRECADAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A ABRIL - 2026/2025
VARIAÇÃO % REAL ACUMULADA (IPCA)

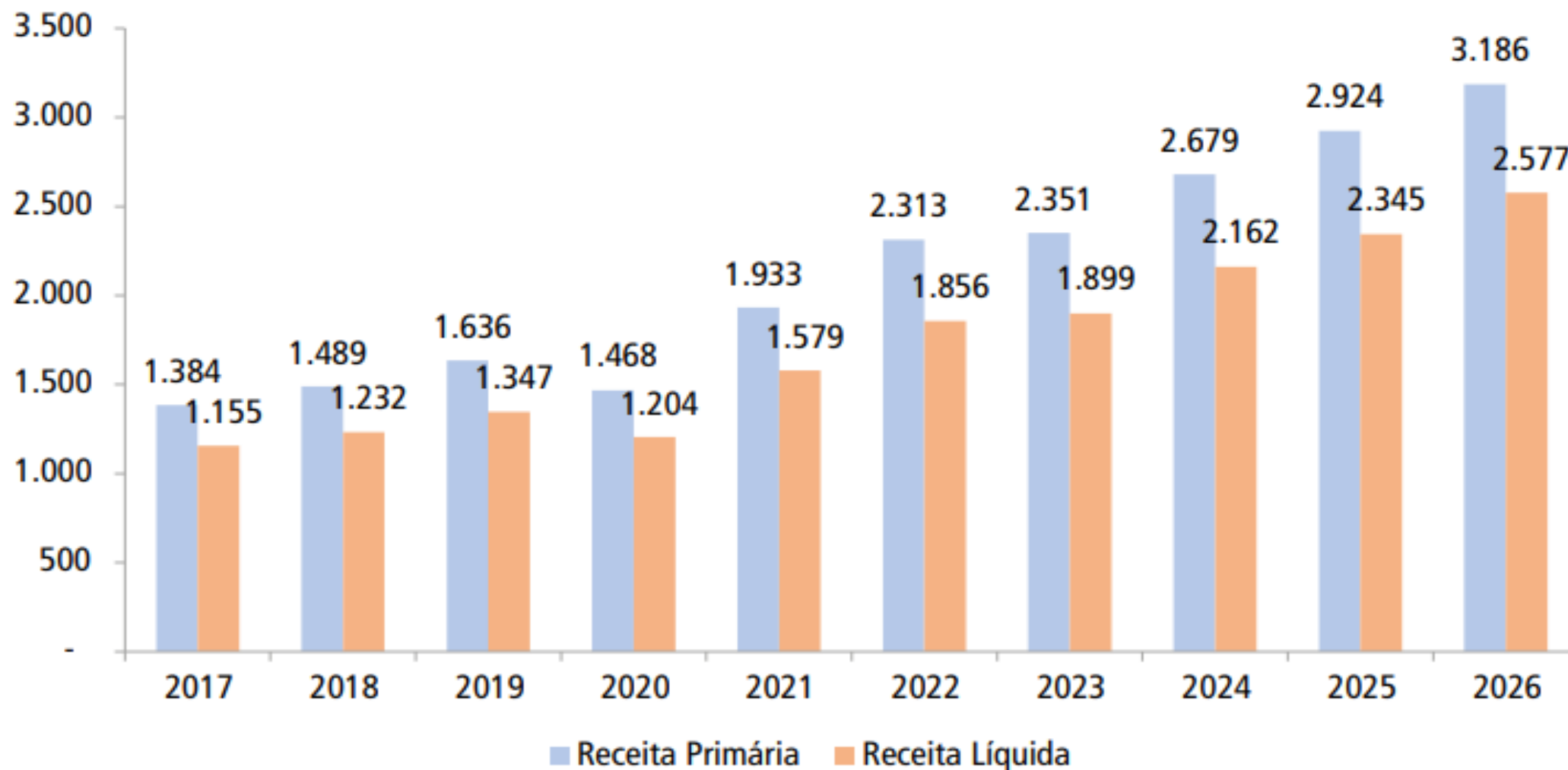


ARRECAÇÃO DAS RECEITAS ADMINISTRADAS PELA RFB
PERÍODO: JANEIRO A ABRIL - 2026/2025
(A PREÇOS DE ABRIL/2026 - IPCA)

UNIDADE: R\$ MILHÕES

RECEITAS	JAN-ABR/26 [A]	JAN-ABR/25 [B]	DIFERENÇAS	
			[A]-[B]	[A]/[B]%
RECEITA PREVIDENCIÁRIA	251.368	238.877	12.491	5,23
COFINS/PIS-PASEP	205.593	194.815	10.778	5,53
IOF	33.471	23.779	9.693	40,76
IRRF-RENDIMENTOS DE CAPITAL	50.690	41.659	9.031	21,68
IRPJ/CSLL	241.181	239.011	2.170	0,91
I. IMPORTAÇÃO/IPI-VINCULADO	44.437	42.626	1.811	4,25
IRRF-RENDIMENTOS DE RESIDENTES NO EXTERIOR	29.514	27.855	1.658	5,95
IRRF-OUTROS RENDIMENTOS	8.806	7.507	1.299	17,31
IRPF	12.413	11.728	685	5,84
IPI (Exceto Vinculado)	18.935	18.451	484	2,62
CIDE-COMBUSTÍVEIS	1.064	1.105	(41)	(3,72)
IRRF-RENDIMENTOS DO TRABALHO	88.738	89.692	(954)	(1,06)
DEMAIS RECEITAS ADMINISTRADAS	36.455	27.505	8.950	32,54
RECEITA ADMINISTRADA PELA RFB	1.022.667	964.611	58.056	6,02

Evolução da Receita Primária – 2017 a 2026 (R\$ Bilhões)

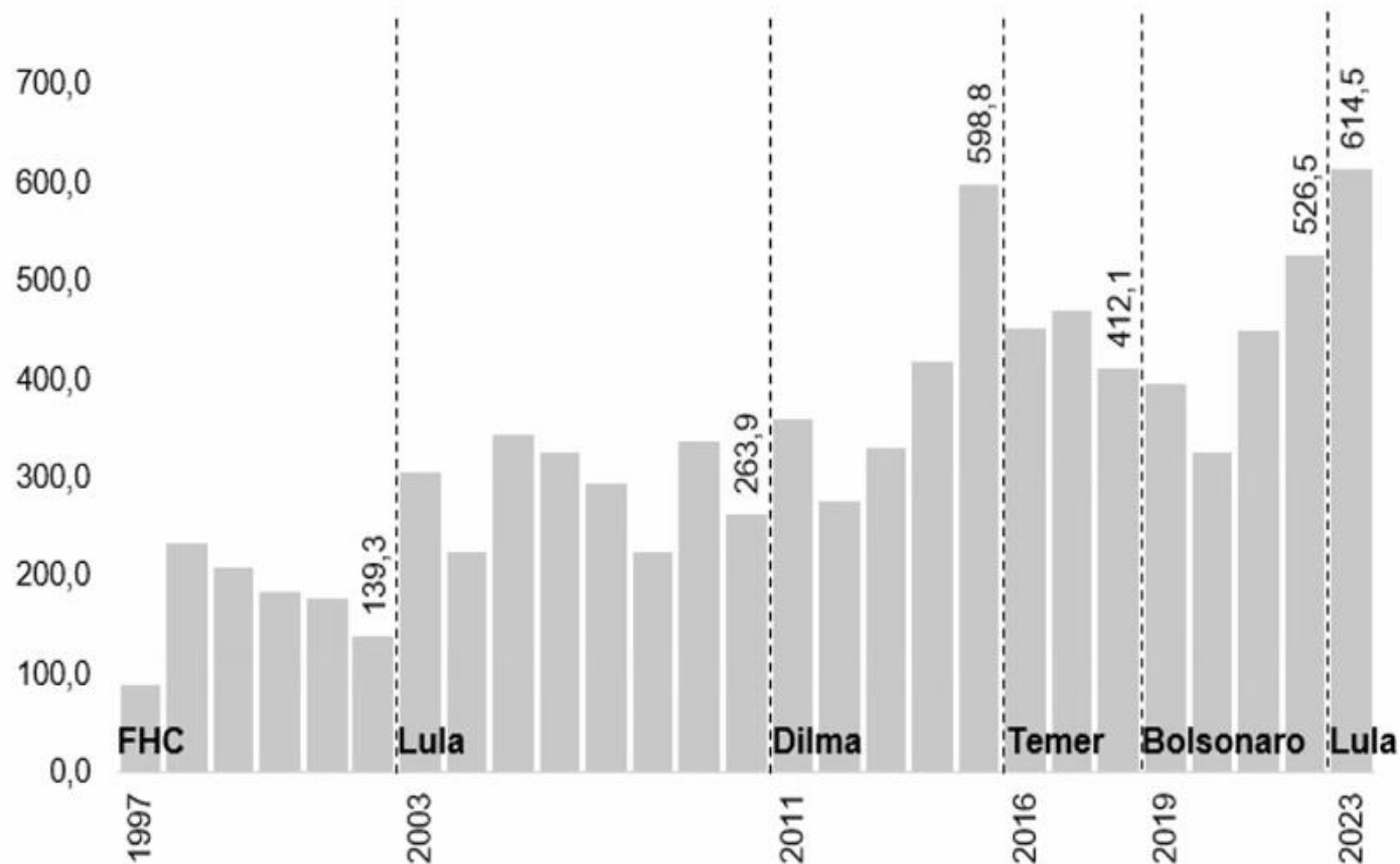


Fonte: Boletim Resultado do Tesouro Nacional e PLOA 2026.

Informações gerais e orçamentárias

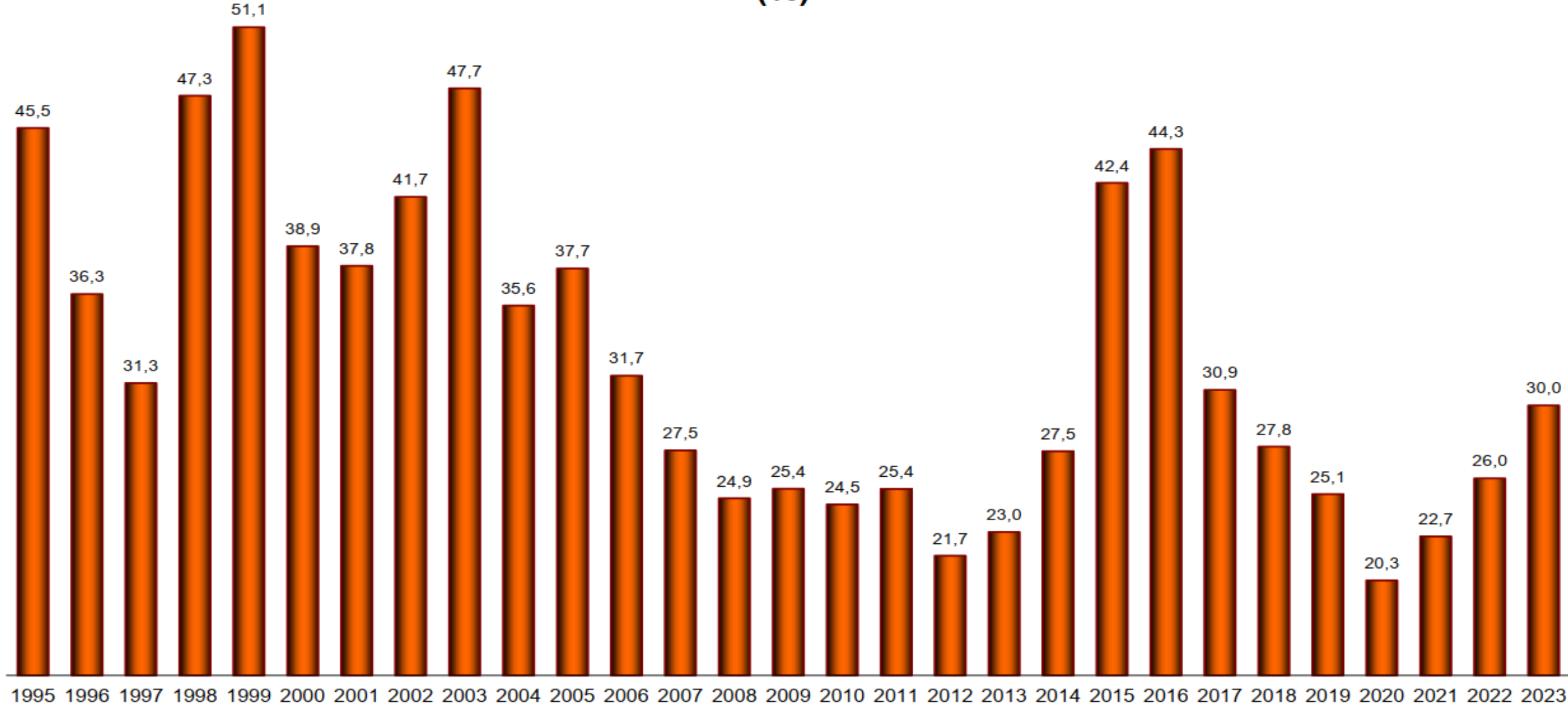
– Gastos com juros da dívida –

Despesas com juros da dívida pública (R\$ bilhões a preços de dez/23). 1997 a 2023



- Parcela significativa da dívida pública é indexada à taxa Selic;
- Centenas de bilhões de reais são apropriados, anualmente, por um pequeno grupo de detentores de títulos da dívida pública;
- Para efeito de comparação, em 2023, as despesas com o Bolsa Família foram, aproximadamente, de R\$ 165 bilhões.

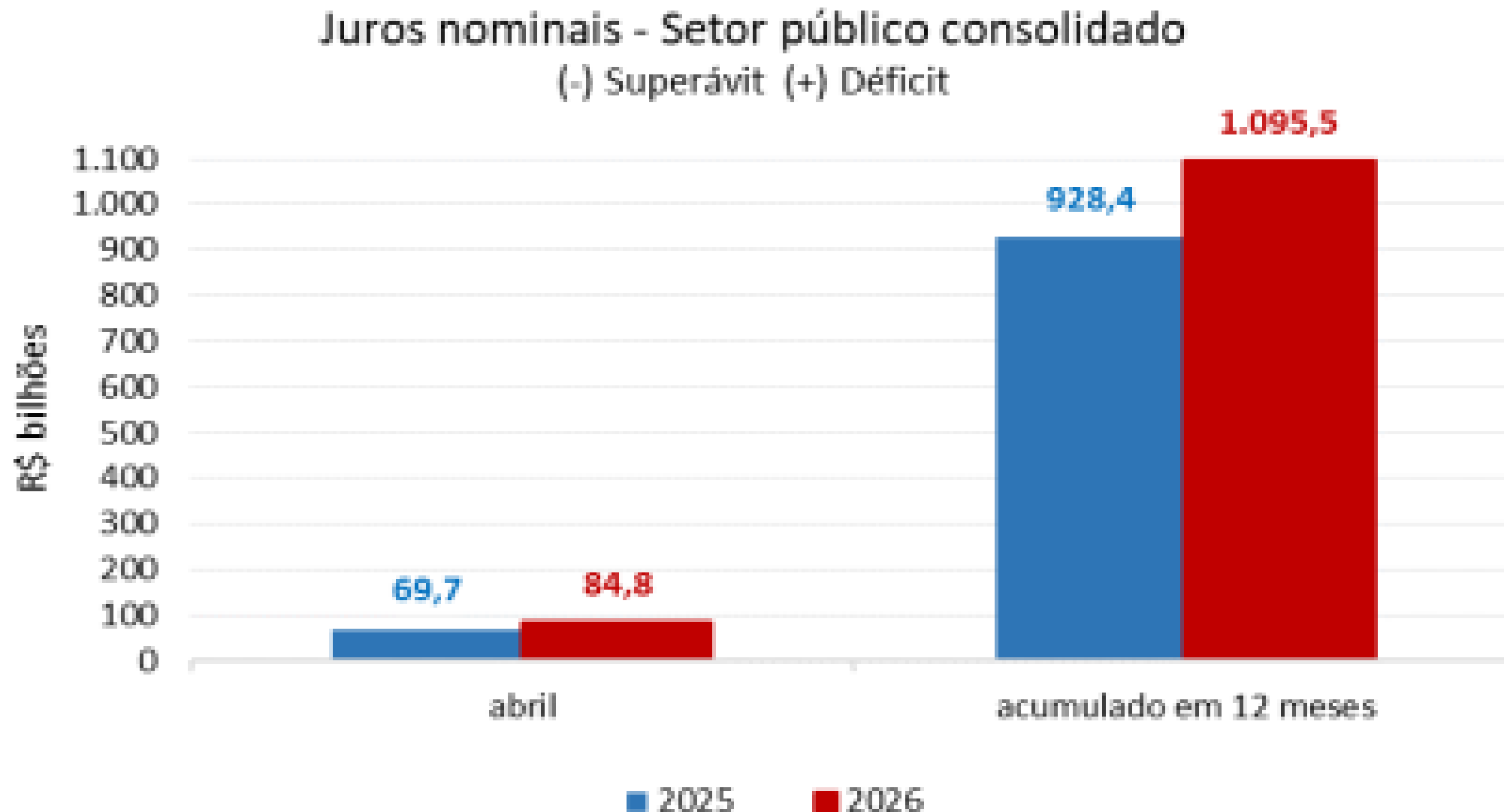
DESPESAS COM JUROS DO GOVERNO CENTRAL EM VALORES NOMINAIS COMO PROPORÇÃO DA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA FEDERAL BRUTA (%)



Dados recentes do Banco Central (nota à imprensa – 29/05/2026)

- Os juros nominais do setor público consolidado, apropriados por competência, somaram **R\$84,8 bilhões em abril de 2026**, comparativamente a R\$69,7 bilhões em abril de 2025.
- Contribuíram para essa evolução, os aumentos da dívida líquida e do IPCA no período, que mais do compensaram a evolução mais favorável das operações de swap cambial (ganho de R\$15,8 bilhões em abril de 2025 e de R\$25,9 bilhões em abril de 2026).
- No acumulado em doze meses até abril, os juros nominais alcançaram **R\$1.095,5 bilhões (8,43% do PIB)**, comparativamente a R\$928,4 bilhões (7,65% do PIB) nos doze meses até abril de 2025.

Banco Central – dados mais recentes



Preço da dívida – Brasil e outros países

Preço da dívida

Brasil lidera em pagamento de juros entre grandes economias

● Emergentes ● Desenvolvidos

País	Dívida, em % PIB	Pagamento de juros, em % do PIB
● Brasil	84,6	5,96
● México	53	5,83
● Índia	82,7	5,26
● África Do Sul	73,9	4,96
● Itália	137,2	3,61
● Estados Unidos	122,1	3,01
● Reino Unido	101	2,46
● Argentina	154,5	2,39
● Hong Kong	6,4	2,34
● Indonésia	39,9	2,1
● Espanha	107,4	1,87
● Turquia	28,8	1,84
● França	110,6	1,68
● Austrália	49,3	1,15
● China	83,6	0,94
● Alemanha	64,2	0,69
● Holanda	47,1	0,58
● Canadá	107,1	0,5
● Rússia	19,6	0,25
● Coreia do Sul	55,1	0,15
● Japão	252,3	0,12
● Suíça	38,3	0,11
● Arábia Saudita	26,2	0,03

Fonte: Relatório do FSB para o G20/BIS, FMI, JP Morgan, cálculos do FSB

Informações gerais e orçamentárias

– Renúncia Fiscal –

fontes:

<https://valor.globo.com/brasil/noticia/2023/10/02/renuncia-tributaria-passa-de-r-520-bi-no-orcamento-de-2024.ghtml>

<https://www.gov.br/planejamento/pt-br/assuntos/orcamento/orcamento/orcamentos-anuais/2024/ploa/projeto-de-lei-orcamentaria-anual-ploa-2024/01-volume-1.pdf>

https://www12.senado.leg.br/orcamento/documentos/estudos/tipos-de-estudos/notas-tecnicas-e-informativos/notatecnicaconjunta_ploa-2026_.pdf/view

Renúncia Fiscal – PLOA 2024

Renúncia em 2024

Governo deixará de arrecadar R\$ 523,7 bi com subsídios e desonerações

R\$ 523.715.661.868,63

será o total de gasto tributário em 2024

4,59%

Participação no PIB

20,58%

Participação na Arrecadação

20 maiores	Valor - em R\$ bilhões	% do total de gastos tributários
Simples Nacional	125,4	23,94%
Agricultura e Agroindústria	58,9	11,25%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	51,3	9,80%
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	41,9	8,01%
Desenvolvimento Regional	40,7	7,78%
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	33,1	6,33%
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	32,7	6,25%
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	19,7	3,77%
Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio	18,8	3,58%
Benefícios do Trabalhador	18,4	3,51%
Setor Automotivo	9,6	1,84%
Informática e Automação	8,5	1,63%
Financiamentos Habitacionais	7,3	1,39%
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	6,8	1,31%
MEI - Microempreendedor Individual	6,4	1,23%
Embarcações e Aeronaves	6,4	1,22%
PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos	4,4	0,85%
Cultura e Audiovisual	3,3	0,62%
PROUNI	3,2	0,61%
REIDI	3,1	0,60%

Projeções PLOA 2025 (Projeto de Lei Orçamentária Anual)



QUADRO X
PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES PLOA 2025

UNIDADE: R\$ 1,00		
GASTO TRIBUTÁRIO	VALOR	%
Simplex Nacional	120.970.889.922	22,22%
Agricultura e Agroindústria	83.051.080.690	15,25%
Rendimentos Isentos e Não Tributáveis - IRPF	56.961.590.117	10,46%
Entidades Sem Fins Lucrativos - Imunes / Isentas	45.542.950.986	8,36%
Deduções do Rendimento Tributável - IRPF	34.759.272.552	6,38%
Desenvolvimento Regional	30.013.028.137	5,51%
Zona Franca de Manaus e Áreas de Livre Comércio	29.887.839.349	5,49%
Poupança e Títulos de Crédito - Setor Imobiliário e do Agronegócio	22.193.817.101	4,08%
Medicamentos, Produtos Farmacêuticos e Equipamentos Médicos	20.431.804.000	3,75%
Benefícios do Trabalhador	18.441.192.525	3,39%
Pesquisas Científicas e Inovação Tecnológica	8.821.533.224	1,62%
MEI - Microempreendedor Individual	8.760.687.395	1,61%
Informática e Automação	8.134.913.689	1,49%
Setor Automotivo	7.770.768.135	1,43%
Financiamentos Habitacionais	6.447.916.429	1,18%
PERSE - Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos	5.665.440.451	1,04%
Embarcações e Aeronaves	3.889.970.105	0,71%
Programa MOVER	3.800.000.000	0,70%
PROUNI	3.570.663.359	0,66%
Cultura e Audiovisual	2.929.869.131	0,54%
Livros	2.557.678.565	0,47%
Fundos Constitucionais	1.821.017.719	0,33%
Gás Natural Liquefeito	1.807.430.122	0,33%
Cadeira de Rodas e Aparelhos Assistivos	1.657.839.783	0,30%
Automóveis - Pessoas Portadoras de Deficiência	1.556.892.392	0,29%
REIDI	1.084.943.100	0,20%
Investimentos em Infra-Estrutura	1.056.556.848	0,19%
Fundos da Criança e do Adolescente	936.363.676	0,17%
Incentivo ao Desporto	862.080.171	0,16%
Transporte Coletivo	779.319.500	0,14%
Transporte de Passageiros	772.015.277	0,14%
Seguro Rural	763.599.153	0,14%
Horário Eleitoral Gratuito	760.154.346	0,14%

Governo pretende reduzir número de renúncias fiscais, diz Simone Tebet

"Aquilo que não tem benefício para a sociedade brasileira precisa ser devolvido para os cofres públicos", aponta a ministra

Por Caetano Tonet e Larissa Garcia, Valor — Brasília
27/04/2023 15h58 · Atualizado 27/04/2023

Economia

Renúncias fiscais somam um terço das receitas da União, diz TCU

Tribunal realizou auditoria sobre arrecadação de impostos e benefícios fiscais no país de 2015 a 2020

Por Geralda Doca e Victoria Abel — Brasília
13/07/2023 04h30 · Atualizado há um ano



Projeções PLOA 2025 (Projeto de Lei Orçamentária Anual)



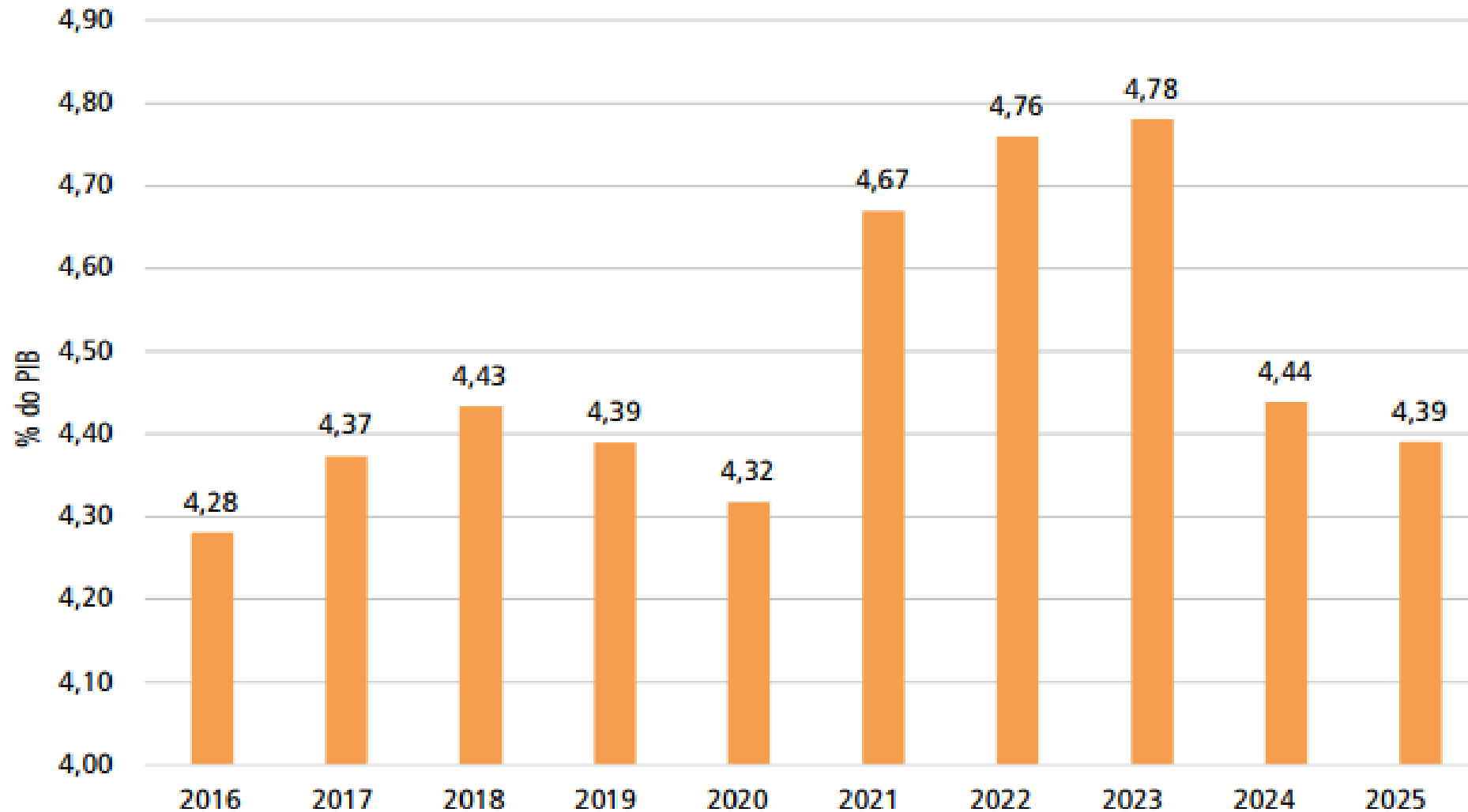
Receita Federal

Centro de Estudos Tributários e Aduaneiros

QUADRO X PRINCIPAIS GASTOS TRIBUTÁRIOS - PROJEÇÕES PLOA 2025

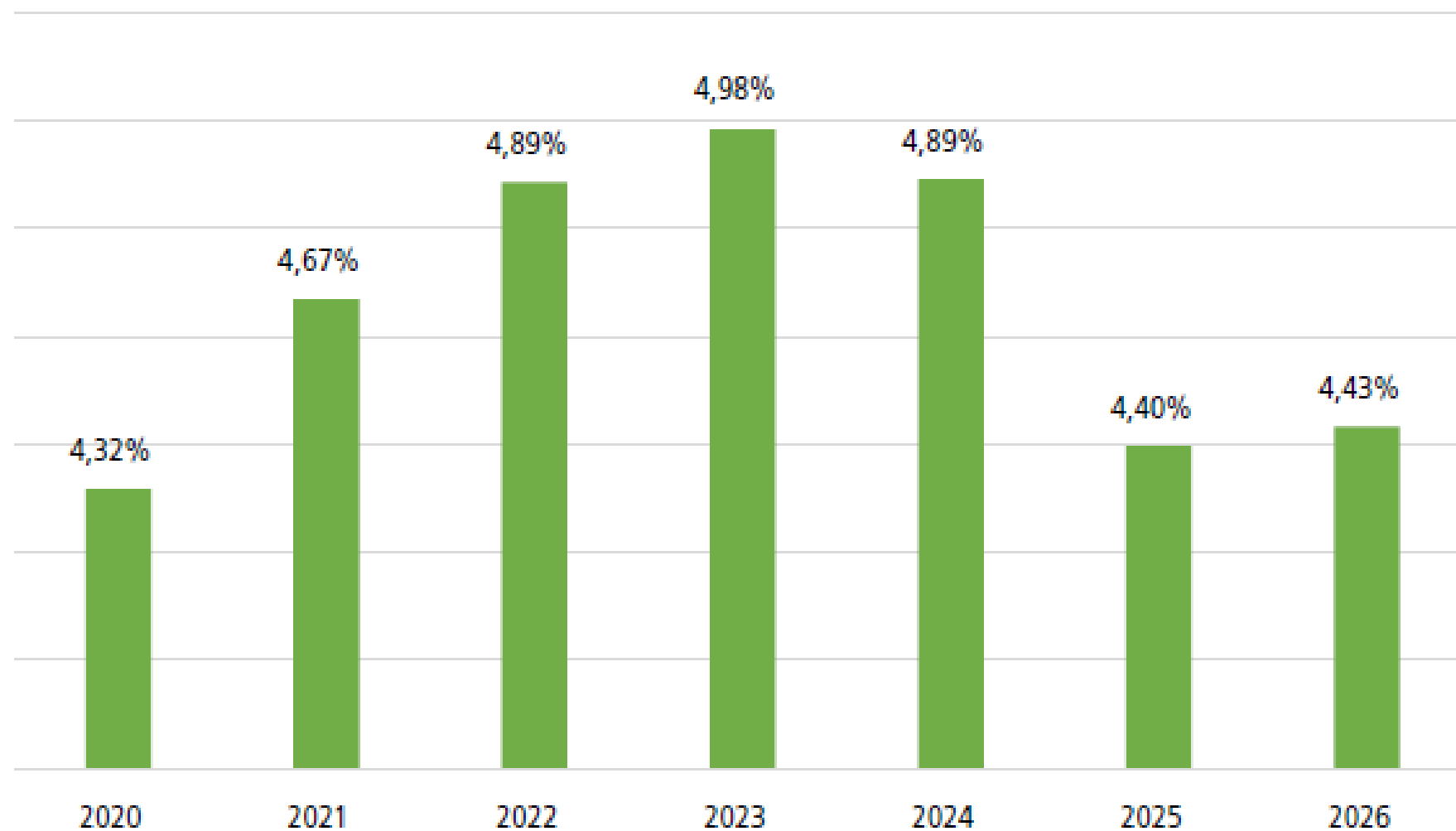
GASTO TRIBUTÁRIO	VALOR	UNIDADE: R\$ 1,00
		%
Petroquímica	633.130.945	0,12%
TAXI	610.638.368	0,11%
Doações a Instituições de Ensino e Pesquisa e Entidades Civas Sem Fins Lucrativos	575.926.733	0,11%
Fundos do Idoso	551.602.144	0,10%
Dona de Casa	407.711.489	0,07%
PADIS	390.103.059	0,07%
Água Mineral	363.383.198	0,07%
Reciclagem	345.371.218	0,06%
Máquinas e Equipamentos - CNPq	338.931.556	0,06%
Motocicletas	318.743.439	0,06%
Rede Arrecadadora	308.195.082	0,06%
Minha Casa, Minha Vida	307.123.854	0,06%
Pronon	199.407.841	0,04%
TEF - Tributação Específica do Futebol	147.653.756	0,03%
Pronas/PCD	145.351.309	0,03%
Biodiesel	95.437.735	0,02%
Transporte Escolar	89.110.648	0,02%
Promoção de Produtos e Serviços Brasileiros	60.301.879	0,01%
RETID	39.111.047	0,01%
Termoeletricidade	27.742.544	0,01%
Programação	17.560.783	0,00%
TI e TIC - Tecnologia de Informação e Tecnologia da Informação e da Comunicação	12.331.565	0,00%
ITR	11.735.991	0,00%
Evento Esportivo, Cultural e Científico	4.140.522	0,00%
Indústria Cinematográfica e Radiodifusão	2.835.929	0,00%
Aerogeradores	740.927	0,00%
Trem de Alta Velocidade	0	0,00%
Desoneração da Folha dos Municípios	0	0,00%
Desoneração da Folha de Salários	0	0,00%
REPORTO	0	0,00%
Investimentos em Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação	0	0,00%
TOTAL	544.465.441.510	100%

Renúncia de receita tributária – Benefícios tributários concedidos (% do PIB)



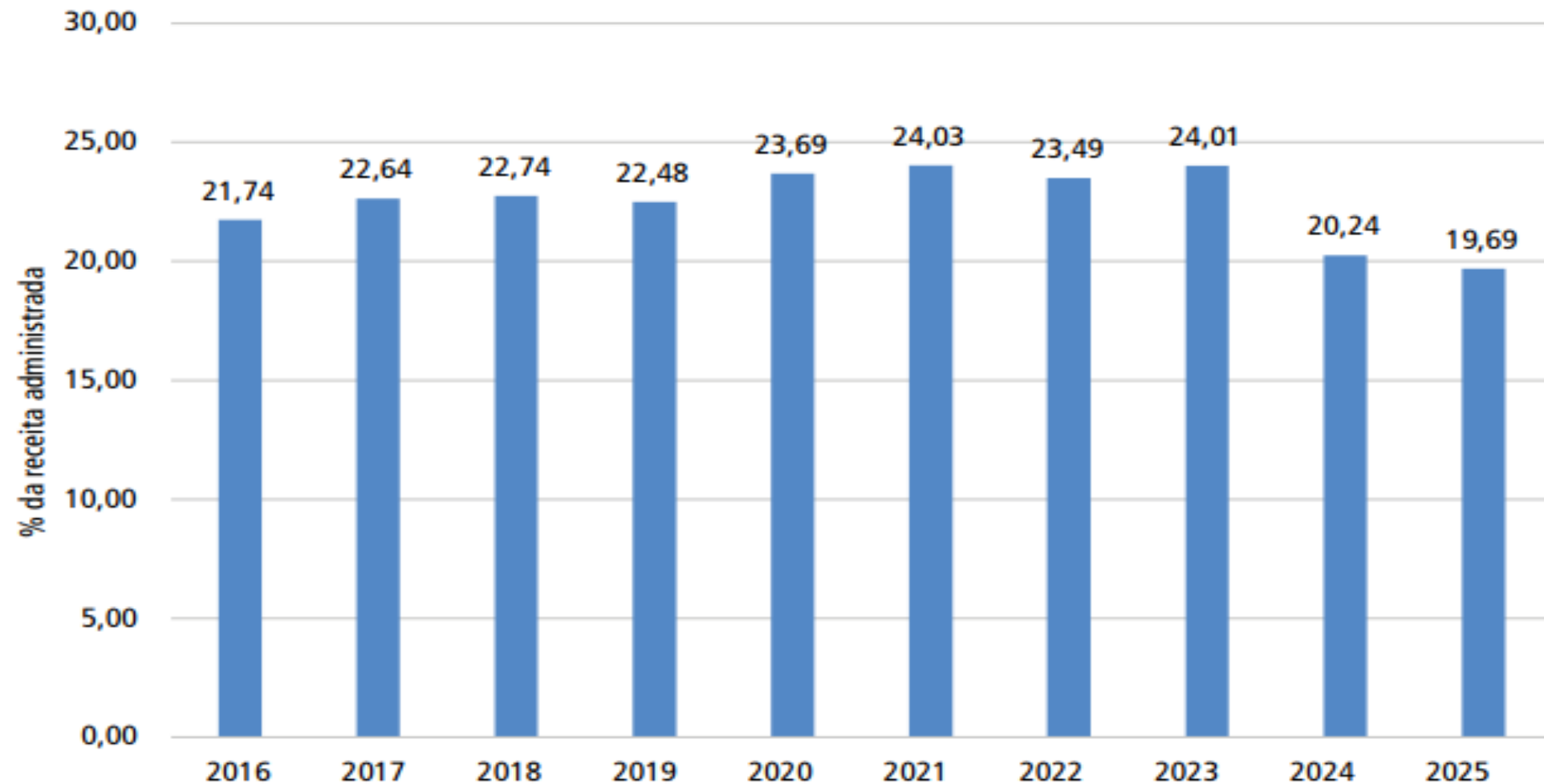
Fonte: Para os anos de 2016 a 2021, estimativa da RFB para os valores efetivamente incorridos ("DGT bases efetivas" dos anos de 2018 e 2021). Os valores de 2022 a 2024 são projeções do DGT bases efetivas 2021. Para 2025 utilizaram-se as informações complementares do PLOA 2025.

Renúncia de receita tributária – Benefícios tributários concedidos (% do PIB) – PLOA 2026



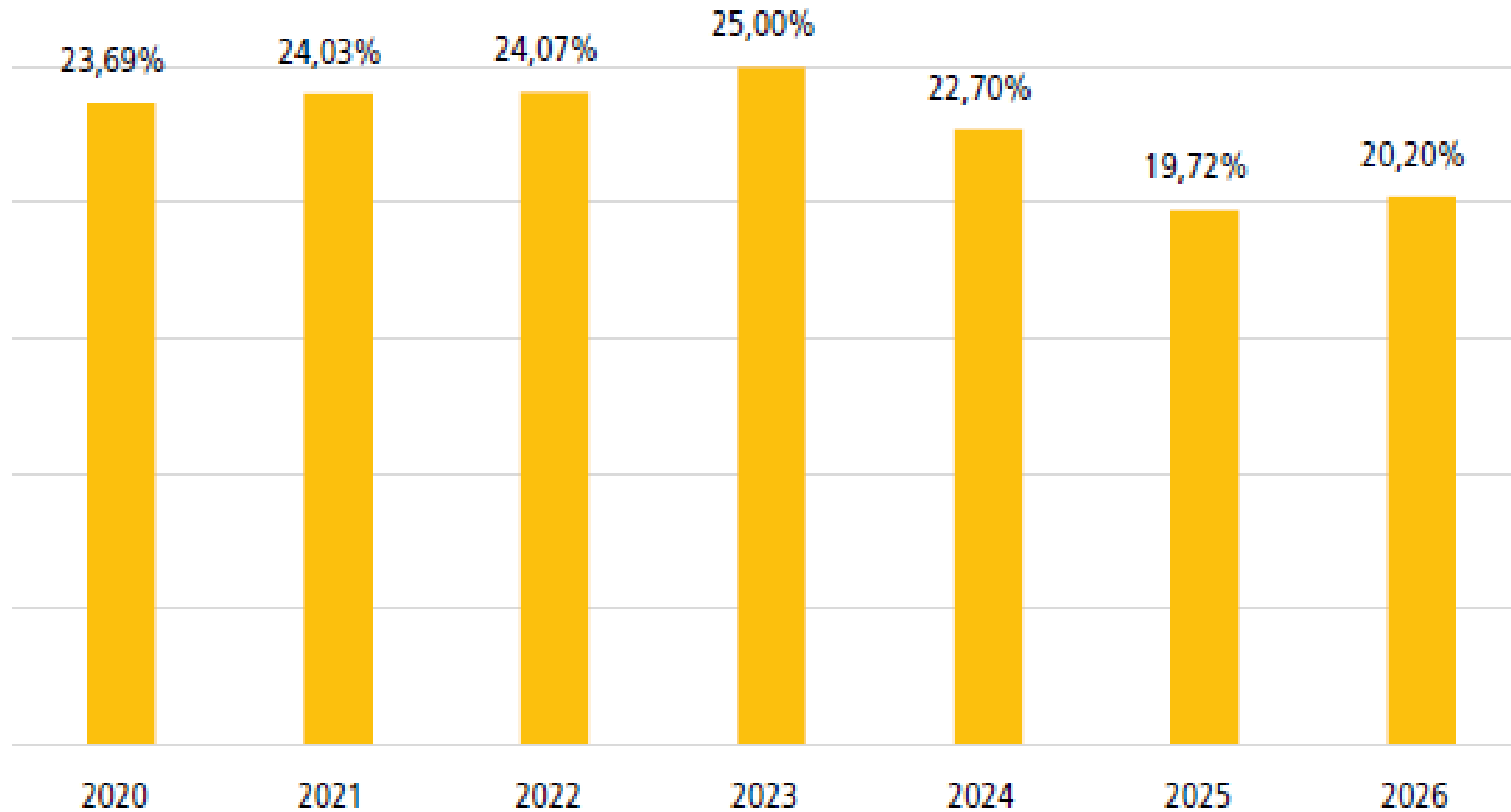
Fonte: Para os anos de 2020 a 2022, estimativa da RFB para os valores efetivamente incorridos, conforme Demonstrativo de Gastos Tributários - Bases Efetivas (DGT - Bases Efetivas) de 2022; os valores de 2023 e 2024 são projeções do DGT - Bases Efetivas de 2022; para 2025 e 2026 utilizaram-se as informações complementares dos respectivos PLOAs.

Renúncia de receita tributária – Benefícios tributários concedidos (% da Receita Primária)



Fonte: Para os anos de 2016 a 2021, estimativa da RFB para os valores efetivamente incorridos ("DGT bases efetivas" dos anos de 2018 e 2021). Os valores de 2022 a 2024 são projeções do DGT bases efetivas 2021. Para 2025 utilizaram-se as informações complementares do PLOA 2025.

Renúncia de receita tributária – Benefícios tributários concedidos (% da Receita ADMINISTRADA) – PLOA 2026



Fonte: Para os anos de 2020 a 2022, estimativa da RFB para os valores efetivamente incorridos ("DGT bases efetivas" de 2022). Os valores de 2023 e 2024 são projeções do DGT bases efetivas 2022; para 2025 e 2026 utilizaram-se as informações complementares dos respectivos PLOAs.

Estimativa da Renúncia Tributária por região e tributo – PLOA 2026

Gasto Tributário	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Total	% PIB
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	8.815,35	14.489,32	18.883,39	68.795,68	27.649,31	138.633,04	1,00
Imposto sobre a Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	12.561,70	22.712,70	9.545,63	56.945,47	16.072,32	117.837,82	0,85
Imposto sobre a Renda Pessoa Física - IRPF	4.586,49	16.517,98	11.173,96	55.707,92	17.536,68	105.523,03	0,76
Contribuição para a Previdência Social	2.876,38	11.339,97	7.945,48	56.200,45	18.746,30	97.108,59	0,70
Imposto sobre a Renda Retido na Fonte - IRRF	3.264,62	8.220,40	5.291,84	17.693,01	4.209,16	38.679,03	0,28
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	1.288,06	3.630,57	2.608,79	22.264,13	6.299,43	36.090,98	0,26
Contribuição Social para o PIS-PASEP	1.855,88	2.993,91	3.891,23	13.905,15	5.720,52	28.366,69	0,21
Imposto sobre Produtos Industrializados - Operações Internas - IPI-Interno	16.025,40	611,45	313,67	2.147,31	765,96	19.863,79	0,14
Imposto sobre Operações Financeiras - IOF	1.065,75	2.658,85	1.644,22	4.879,35	1.726,64	11.974,80	0,09
Imposto sobre Importação - II	8.363,71	34,51	5,43	1.163,94	75,29	9.642,89	0,07
Imposto sobre Produtos Industrializados - Vinculado à Importação - IPI-Vinculado	7.217,05	8,90	3,23	562,24	27,37	7.818,80	0,06
Adicional ao Frete para a Renovação da Marinha Mercante - AFRMM	907,66	330,91	-	4,67	1,25	1.244,49	0,01
Contribuição para o Desenvolvimento da Indústria Cinematográfica Nacional - CONDECINE	0,72	0,16	0,08	47,41	0,66	49,04	0,00
Imposto sobre Propriedade Territorial Rural - ITR	0,70	0,75	0,30	2,58	4,65	8,99	0,00
Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE	-	-	-	0,84	0,07	0,90	0,00
TOTAL	68.829,45	83.550,39	61.307,26	300.320,15	98.835,62	612.842,88	4,43

Fonte: Informações complementares do PLOA 2026 constantes do sítio eletrônico da Receita Federal.

Informações gerais e orçamentárias

— Despesas com Pessoal e Encargos Sociais —



Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (PLOA 2026)

R\$ bilhões

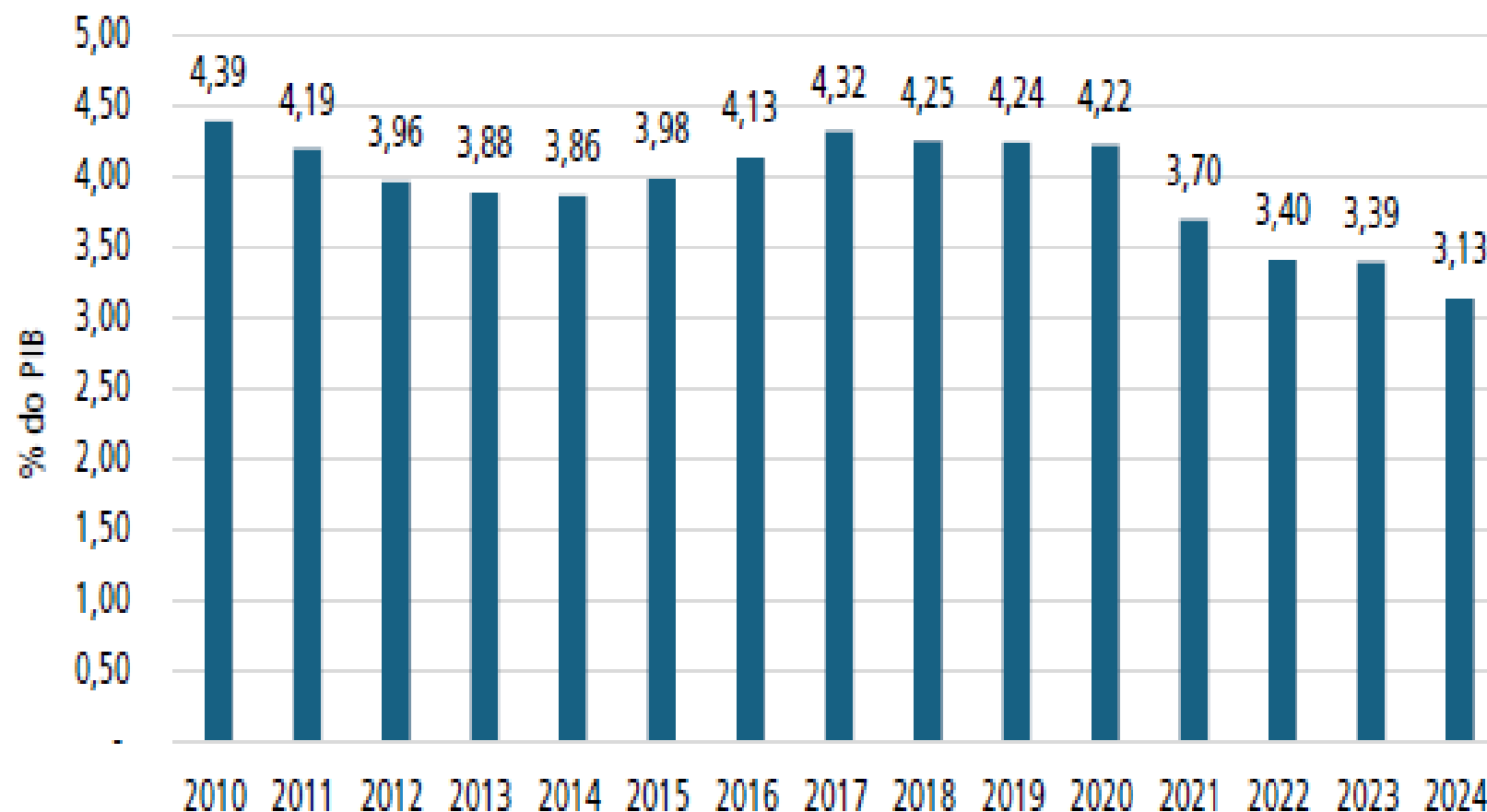
Poder	% RCL ¹ (Limite LRF)	PLOA 2026				% RCL Total PLOA
		Primária	%	Financeira	Total	
Legislativo	2,500%	14,40	3,13%	0,56	14,96	0,91%
Judiciário		50,91	11,07%	5,73	56,63	3,46%
Judiciário (exceto TJDF)	6,000%	47,66	10,36%	5,35	53,01	3,24%
TJDF	0,275%	3,25	0,71%	0,37	3,62	0,22%
MPU		7,78	1,69%	0,87	8,65	0,53%
MPU (exceto MPDFT)	0,600%	6,74	1,47%	0,76	7,50	0,46%
MPDFT	0,092%	1,03	0,22%	0,11	1,15	0,07%
DPU		0,51	0,11%	0,07	0,58	0,04%
Executivo		386,29	84,00%	22,42	408,71	24,97%
Executivo	37,900%	346,98	75,45%	20,77	367,75	22,47%
Ex-território de Roraima	0,160%	1,26	0,27%	0,08	1,35	0,08%
Ex-território do Amapá	0,273%	2,17	0,47%	0,23	2,40	0,15%
FCDF	2,200%	22,69	4,93%	0,34	23,02	1,41%
Sentenças Judiciais		13,19	2,87%	1,00	14,18	0,87%
Total	50,000%	459,88	100,00%	29,66	489,54	29,91%

Fonte: Mensagem Presidencial do PLOA 2026.

(1) RCL = 1.636,84 bilhões.

Despesas com Pessoal e Encargos Sociais (PLOA 2026)

GRÁFICO 8.5 - DESPESAS PRIMÁRIAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (% PIB) - 2010 A 2024

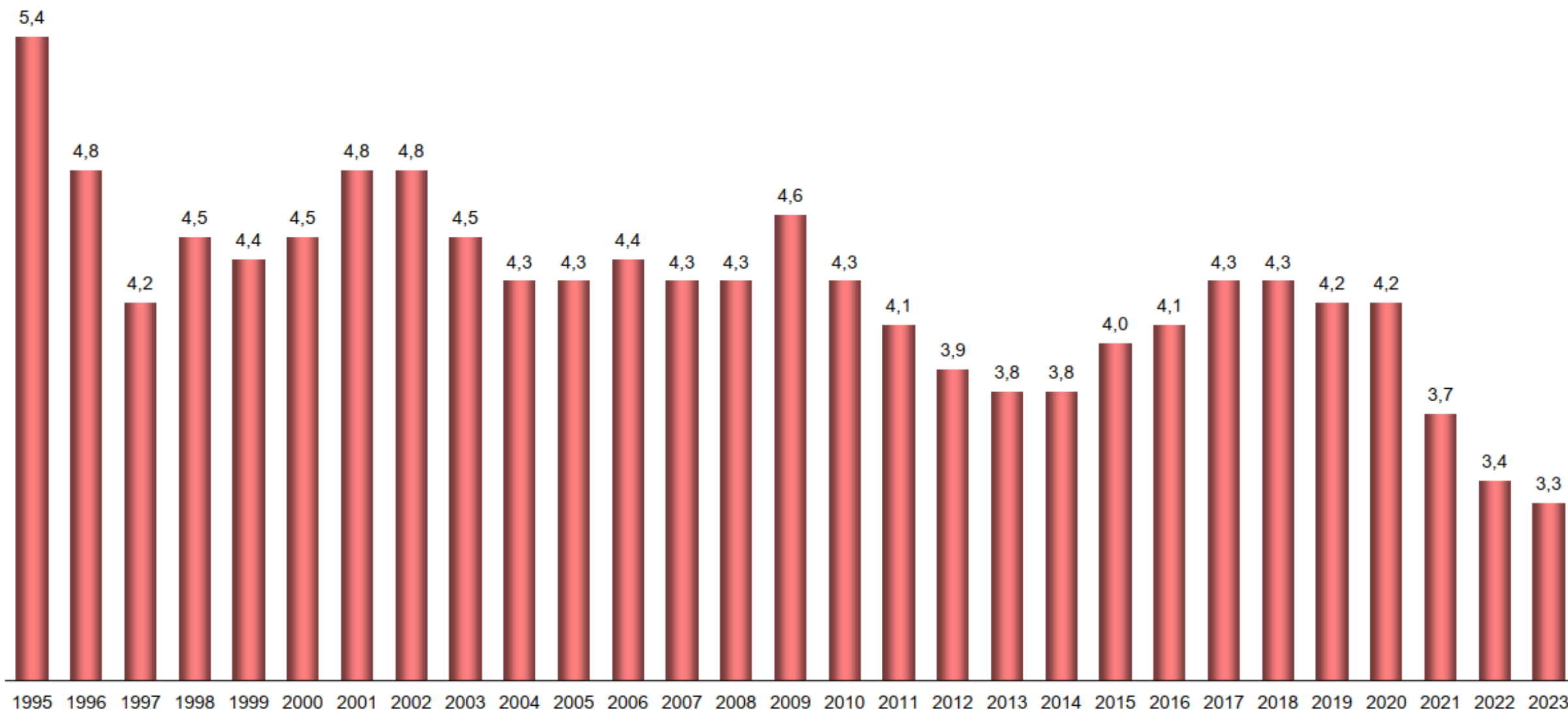


Fonte: SIGA Brasil. Despesa Executada em % do PIB.

Demonstrativo Despesas X RCL (Receita Corrente Líquida)

PODER	% da RCL, Conf. LRF	PLOA 2025					% de Utilização RCL 2025	OMP 2026					% de utilização RCL 2026
		Desp. Primárias	Desp. Financ.	Total	Particip. Relativa Desp. Primárias (%)	Desp. Primárias		Desp. Financ.	Total	Particip. Relativa Desp. Primárias (%)			
		(a)	(b)	c=(a+b)	(d)	(a)		(b)	c=(a+b)	(d)			
Legislativo	2,500%	13,30	0,55	13,85	3,2%	0,91%	13,86	0,57	14,43	3,1%	0,97%		
Judiciário		46,11	5,52	51,63	11,1%	3,41%	48,10	5,38	53,48	10,7%	3,60%		
Judiciário, excl. TJDFT	6,000%	43,14	5,17	48,31	10,4%	3,19%	44,96	5,04	50,00	10,0%	3,37%		
TJDFT	0,275%	2,97	0,35	3,32	0,7%	0,22%	3,14	0,34	3,48	0,7%	0,23%		
MPU		7,25	0,87	8,13	1,7%	0,54%	7,53	0,87	8,40	1,7%	0,57%		
MPU, excl. MPDFT	0,600%	6,28	0,76	7,04	1,5%	0,46%	6,50	0,76	7,26	1,4%	0,49%		
MPDFT	0,092%	0,97	0,12	1,08	0,2%	0,07%	1,03	0,12	1,14	0,2%	0,08%		
DPU		0,46	0,07	0,53	0,1%	0,03%	0,48	0,05	0,54	0,1%	0,04%		
Executivo		349,08	21,44	370,52	83,9%	24,44%	380,73	22,19	402,92	84,5%	27,12%		
Executivo, excl. Ex-Territórios, Sentenças e FCDF	37,900%	315,80	20,09	335,88	75,9%	22,15%	344,78	20,72	365,51	76,5%	24,60%		
Ex-Território de Roraima	0,160%	0,99	0,08	1,07	0,2%	0,07%	0,99	0,08	1,07	0,2%	0,07%		
Ex-Território do Amapá	0,273%	1,67	0,21	1,89	0,4%	0,12%	1,68	0,21	1,89	0,4%	0,13%		
FCDF	2,200%	20,04	0,24	20,28	4,8%	1,34%	20,96	0,24	21,20	4,7%	1,43%		
Sentenças Judiciais		10,58	0,82	11,40	2,5%	0,75%	12,32	0,94	13,25	2,7%	0,89%		
TOTAL	50,000%	416,20	28,46	444,66	100,0%	29,33%	450,71	29,06	479,77	100,0%	32,30%		
Recdeita Corrente Líquida - RCL						1.516,23					1.485,52		

DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS (% do PIB)



Despesas Primárias do Governo Federal em relação ao PIB



DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO FEDERAL

% do PIB

	Pessoal e Encargos	Benefícios Previdenciários	RMV LOAS e EPU	Abono e Seguro Desemprego	Subsídios, Subvenções e Proagro	Total
1995	5,1%	4,6%	0,3%	0,4%	0,1%	10,5%
1996	4,8%	4,7%	0,3%	0,4%	0,1%	10,3%
1997	4,2%	5,0%	0,3%	0,5%	0,2%	10,2%
1998	4,5%	5,4%	0,3%	0,4%	0,2%	10,8%
1999	4,4%	5,4%	0,3%	0,4%	0,2%	10,7%
2000	4,5%	5,5%	0,4%	0,4%	0,2%	11,0%
2001	4,8%	5,7%	0,4%	0,4%	0,3%	11,5%
2002	4,8%	5,9%	0,4%	0,5%	0,1%	11,8%
2003	4,5%	6,2%	0,4%	0,5%	0,3%	11,9%
2004	4,3%	6,4%	0,4%	0,5%	0,2%	11,9%
2005	4,3%	6,7%	0,5%	0,5%	0,5%	12,4%
2006	4,4%	6,9%	0,5%	0,6%	0,3%	12,7%
2007	4,3%	6,8%	0,6%	0,7%	0,3%	12,7%
2008	4,3%	6,4%	0,5%	0,7%	0,1%	12,0%
2009	4,6%	6,7%	0,6%	0,8%	0,1%	12,8%
2010	4,3%	6,6%	0,6%	0,8%	0,1%	12,4%
2011	4,1%	6,4%	0,6%	0,8%	0,2%	12,1%
2012	3,9%	6,6%	0,6%	0,8%	0,2%	12,1%
2013	3,8%	6,7%	0,7%	0,8%	0,1%	12,1%
2014	3,8%	6,8%	0,7%	0,9%	0,1%	12,3%
2015	4,0%	7,3%	0,7%	0,8%	0,9%	13,7%
2016	4,1%	8,1%	0,8%	0,9%	0,4%	14,3%
2017	4,3%	8,5%	0,8%	0,8%	0,3%	14,7%
2018	4,3%	8,5%	0,8%	0,8%	0,2%	14,7%
2019	4,3%	8,6%	0,8%	0,8%	0,2%	14,7%
2020	4,2%	8,7%	0,8%	0,8%	0,3%	14,8%
2021	3,7%	7,9%	0,8%	0,5%	0,1%	13,0%
2022	3,4%	7,9%	0,8%	0,6%	0,2%	12,9%
2023	3,3%	8,3%	0,9%	0,7%	0,2%	13,3%

Fonte: Resultado do Tesouro Nacional - Dez/2023

Endividamento Público e a realidade de outros países



FMI: General Government Debt (Percent of GDP)

O Brasil não é um país com um grau de endividamento particularmente alto entre as maiores economias do mundo, nem entre os países em desenvolvimento.

O maior problema do país é o perfil do endividamento, com juros altos e prazos curtos de vencimento da dívida

Tão pouco o problema parecem ser os déficits sucessivos desde 2013, algo que foi comum entre os países desenvolvidos ne em desenvolvimento

País	2002	2010	2022
Itália	106,4	119,2	144,4
EUA	55,5	95,1	121,4
Portugal	60,0	100,2	116,0
Espanha	51,2	60,5	112,0
França	60,3	85,3	111,7
Canada	79,6	84,0	106,6
UK	35,4	75,7	101,4
Brasil	76,1	62,4	85,3
India	82,9	66,4	83,1
China	25,9	33,9	77,1
Alemanha	59,9	82,0	66,5
Australia	15,0	20,4	55,7
Coreia	17,0	29,5	54,3
Polônia	41,7	54,0	49,6
Holanda	48,9	59,3	48,5
Noruega	33,9	43,0	39,6
Chile	15,0	8,6	38,0

Fonte: FMI.

FMI: Déficit do Governo Geral (% PIB)

País	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Australia	-2,6	-2,9	-2,9	-2,6	-2,1	-1,2	-1,2	-7,7	-8,8	-3,6
Brazil	-2,9	-5,7	-8,8	-7,6	-8,4	-6,9	-4,9	-11,7	-2,2	-3,8
Canada	-1,4	0,2	0,0	-0,4	-0,1	0,4	0,0	-10,8	-4,3	-0,8
Chile	-0,5	-1,4	-2,1	-2,7	-2,4	-1,5	-2,7	-7,0	-7,5	1,4
France	-4,1	-3,9	-3,6	-3,6	-3,0	-2,3	-3,1	-9,0	-6,5	-4,8
Germany	0,0	0,6	1,0	1,2	1,3	1,9	1,5	-4,3	-3,6	-2,5
Italy	-2,9	-3,0	-2,6	-2,4	-2,4	-2,2	-1,5	-9,6	-8,9	-8,2
Korea, Rep. of	1,4	1,3	1,2	2,5	2,6	3,1	0,8	-2,7	-0,3	0,1
Mexico	-3,0	-3,8	-2,9	-1,3	-0,7	-2,0	-1,5	-3,7	-3,3	-4,0
New Zealand	-1,7	-0,8	-0,1	0,6	1,3	1,2	1,5	-5,5	-1,8	-4,4
Poland, Rep. of	-4,3	-3,7	-2,6	-2,4	-1,5	-0,2	-0,7	-6,9	-1,8	-3,7
Portugal	-5,1	-7,4	-4,4	-1,9	-3,0	-0,3	0,1	-5,8	-2,9	-0,3
Spain	-7,5	-6,1	-5,3	-4,3	-3,1	-2,6	-3,1	-10,1	-6,7	-4,7
United Kingdom	-6,9	-7,0	-5,9	-4,3	-4,0	-4,5	-4,3	-15,1	-9,5	-6,3
United States	-5,9	-5,2	-4,6	-5,4	-4,4	-6,1	-6,7	-14,8	-11,5	-4,0

DÍVIDA PÚBLICA NOS PAÍSES DESENVOLVIDOS E EM SUA PERIFERIA EUROPEIA NO PÓS-CRISE (% do PIB)

	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Alemanha	73,0	82,4	79,8	81,1	78,7	75,7	72,2	69,2	65,0	61,6	59,5	73,3	72,2	68,5	65,5
Espanha	53,3	60,5	69,9	86,3	95,8	100,7	99,3	99,2	98,6	97,6	95,5	123,0	121,3	120,4	119,3
Estados Unidos	86,8	95,5	99,8	103,3	104,9	104,5	104,6	106,6	105,7	106,9	108,7	131,2	133,6	134,5	135,2
França	83,0	85,3	87,8	90,6	93,4	94,9	95,6	98,0	98,3	98,1	98,1	118,7	118,6	120,0	121,3
Grécia	126,7	146,3	180,6	159,6	177,9	180,2	177,8	181,1	179,3	184,8	180,9	205,2	200,5	187,3	177,0
Irlanda	61,7	86,0	111,1	120,0	120,1	104,3	76,7	74,2	67,4	62,9	57,3	63,7	61,3	59,2	55,8
Itália	116,6	119,2	119,7	126,5	132,5	135,4	135,3	134,8	134,1	134,8	134,8	161,8	158,3	156,6	154,9
Japão	200,9	207,7	221,9	228,7	232,2	235,8	231,3	236,4	234,5	236,6	238,0	266,2	264,0	263,0	262,8
Portugal	87,8	100,2	114,4	129,0	131,4	132,9	131,2	131,5	126,1	122,0	117,7	137,2	130,0	124,1	119,6
Reino Unido	63,3	74,6	80,1	83,2	84,2	86,2	86,9	86,8	86,2	85,7	85,4	108,0	111,5	113,4	115,3
Euro Área (15 Países)	80,2	85,8	87,7	90,7	92,6	92,8	90,9	90,0	87,6	85,7	84,0	101,1	100,0	98,4	97,0

Alguns itens econômicos da Pauta dos Servidores Públicos Federais

(Conversão do auxílio de ressarcimento da saúde suplementar em auxílio saúde)

Fonte: Transformar auxílio ressarcimento saúde suplementar em auxílio saúde: quanto custaria ao governo federal, e quem seriam os beneficiados? - Quanto custaria ao governo federal criar o auxílio nutrição aos aposentados e pensionistas? (Por Paulo Lindesay)

A solid red rectangular block located in the bottom right corner of the slide, likely used to redact information.

Auxílio Ressarcimento Suplementar Saúde em auxílio saúde

- Custo do governo federal ao converter o auxílio de ressarcimento da saúde suplementar em auxílio saúde, levando em conta os 1.201.897 servidores (as) públicos federais do Poder Executivo Civil, de acordo com os dados do Painel de Estatística de Pessoal - PEP de maio de 2026
- Hoje em dia, a União só gasta com quem comprova ter um plano de saúde (ressarcimento). Contudo, a sugestão de um "auxílio-saúde" geral (no formato indenizatório fixo) abrangeria todos os servidores públicos federais, independentemente de vínculo: Ativos, Aposentados e Pensionistas.

Auxílio Ressarcimento Suplementar Saúde em auxílio saúde

- Informações relativas à memória de cálculo:
 - **Portarias Normativas:** A [Portaria MGI nº 2.829/2024](#) estabeleceu os valores per capita iniciais do período, enquanto a [Portaria MGI nº 2.778/2026](#) consolidou os reajustes mais recentes para o contingente atual de beneficiários;
 - **Painel Estatístico de Pessoal (PEP):** Esta é a ferramenta oficial que compila os dados quantitativos de servidores e benefícios pagos pela administração pública federal;
 - **Comunicados Oficiais:** Informações sobre o número de pessoas atendidas (aprox. **865 mil**) e o impacto orçamentário são divulgadas em notas oficiais de atualização de benefícios pelo portal [Gov.br](#).

Auxílio Ressarcimento Suplementar Saúde em auxílio saúde

- Cálculo do impacto fiscal (dados de maio/2026):
 1. Estimativa do Custo Bruto (Proposta):
 - Considerando-se o valor médio de **R\$ 213,78** estendido a todos os **1.201.897** vínculos do Executivo:
 - **Custo Mensal:** Aproximadamente – ~R\$ 256 milhões:
 - **Custo Anual:** Aproximadamente – ~R\$ 3,083 bilhões

Auxílio Ressarcimento Suplementar Saúde em auxílio saúde

2. Comparativo com o Cenário Atual

- Atualmente, o governo não oferece o benefício a todos os servidores, pois muitos deles não ***possuem plano de saúde ou não solicitaram o ressarcimento***. Conforme dados recentes divulgados pelo Ministério da Gestão e Inovação (MGI):
 - **Vidas atendidas hoje:** Aproximadamente **865.000** (entre titulares e dependentes).
 - **Custo médio atual:** R\$ 213,78 (após o último reajuste de 2026), cerca de R\$ 185 milhões;
 - **Gasto anual estimado atual:** Cerca de **R\$ 2,219 bilhões**.
- Ao realizar uma simples operação matemática entre o custo atual do Ressarcimento Saúde (R\$ 2,219 bilhões) e sua conversão em Auxílio Saúde (aproximadamente R\$ 3,083 bilhões).
- O governo terá que **investir aproximadamente R\$ 869 milhões por ano**. Um acréscimo de cerca de R\$ 72 milhões por mês em despesas com esse benefício.

Auxílio Ressarcimento Suplementar Saúde em auxílio saúde

3. Impacto Fiscal (O "Aumento" Real)

- A alteração do modelo de "**ressarcimento**" (que requer comprovação de pagamento) para "**auxílio saúde**" (com pagamento automático em folha) acarretaria um custo adicional pela ***inclusão de cerca de 339.075 novos beneficiários*** (servidores que atualmente não participam do sistema de saúde suplementar).

Item	Valor Estimado (Anual)
Gasto com a Base Atual (~865 mil vidas)	R\$ 2,219 bilhões
Gasto com Novos Beneficiários (~339 mil vidas)	R\$ 869 bilhão
Custo Total da Proposta	R\$ 3,083 bilhões
Aumento de Gasto Líquido	+ R\$ 869 milhões/ano

Alguns itens econômicos da Pauta dos Servidores Públicos Federais

(Auxílio Nutrição aos Aposentados e Pensionistas)

Fonte: Transformar auxílio ressarcimento saúde suplementar em auxílio saúde: quanto custaria ao governo federal, e quem seriam os beneficiados? - Quanto custaria ao governo federal criar o auxílio nutrição aos aposentados e pensionistas? (Por Paulo Lindesay)



Auxílio Nutrição aos Aposentados e Pensionistas

- Examinando-se os ***dados do Boletim de Estatística de Pessoal – PEL de maio de 2026***, observa-se que o governo federal investe aproximadamente R\$ 673 milhões por mês com o Auxílio-Alimentação, em relação aos 564.687 ATIVOS.
- Anualmente, o governo federal gasta aproximadamente R\$ 8,077 bilhões com o Poder Executivo Civil.

Auxílio Nutrição aos Aposentados e Pensionistas

- Com a aprovação de uma lei proposta pelo governo federal para *a criação do Auxílio-Nutrição*, o que exigiria um ***aumento mensal de R\$ 760 milhões nas despesas do Executivo***.
- Para os servidores, há aproximadamente 408.927 aposentados - R\$ 487 milhões e 228.283 pensionistas, aproximadamente R\$ 272 milhões.
- Isso significaria um aumento anual de despesas para o Poder Executivo de aproximadamente R\$ 9,115 bilhões.
- Isso implica que o ***Auxílio-Alimentação e Nutrição teria um valor anual de cerca de R\$ 17 bilhões***. Essa é a dimensão da nossa batalha para assegurar recursos orçamentários para 2027, apenas com a criação desse benefício. Sem considerar o ***acréscimo de mais de R\$ 2 bilhões*** para conversão do Ressarcimento-Saúde em Auxílio-Saúde.

Auxílio Nutrição aos Aposentados e Pensionistas

- Memória de cálculo:

- ATIVOS - $564.687 \times \text{R\$ } 1.192,00 = \sim \text{R\$ } 673$ milhões mensais $\times 12 = \sim \text{R\$ } 8,077$ bilhões;
- APOSENTADOS - $408.927 \times \text{R\$ } 1.192,00 = \sim \text{R\$ } 487$ milhões mensais $\times 12 = \sim \text{R\$ } 5,849$ bilhões;
- PENSIONISTAS - $228.283 \times \text{R\$ } 1.192,00 = \sim \text{R\$ } 272$ milhões mensais $\times 12 = \sim \text{R\$ } 3,265$ bilhões;
- Total necessário para Auxilio-Alimentação e Nutrição (ATIVOS, APOSENTADOS E PENSIONISTAS), cerca de R\$ 17,191 bilhões anuais.

De: notificacao@servicos.gov.br (notificacao@servicos.gov.br)

Para: [REDACTED]

Data: sexta-feira, 26 de junho de 2026 às 17:04 BRT

Prezado(a) usuário(a),

Informamos que a solicitação no Protocolo GOV BR do(a) Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI) foi aceita e gerou o Número Único de Protocolo (NUP) 14021.047007/2026-07.

Quaisquer divergências das informações prestadas ou problemas nos arquivos anexados serão comunicados ao(à) senhor(a) através dos e-mails informados em seu cadastro.

Informações referentes à tramitação de seu processo estarão disponíveis no site https://colaboragov.sei.gov.br/sei/modulos/pesquisa/md_pesq_processo_pesquisar.php?acao_externa=protocolo_pesquisar&acao_origem_externa=protocolo_pesquisar&id_orgao_acesso_externo=7.

Para mais informações acesse:

<https://solicitacao2.servicos.gov.br/t/6a3ed518aae024128047820e>

Atenciosamente,

Equipe de atendimento Protocolo GOV BR



Não compartilhe este e-mail

Para sua segurança, não encaminhe este e-mail para ninguém.

E-mail automático enviado pelo sistema.

Favor não responder.



Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI)

PROTOCOLO GOV.BR - RECIBO DA SOLICITAÇÃO

Nº 2026052653566

DADOS DO SOLICITANTE

Nome:	FATIMA TACIANO DE OLIVEIRA
E-mail:	[REDACTED]
CPF:	[REDACTED]

DADOS DA SOLICITAÇÃO

Número da Solicitação:	2026052653566
Tipo da Solicitação:	01 - Protocolar documentos para o Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos
Informações Complementares:	Não há
Número do Processo Informado Pelo Solicitante:	Não há
Data e Hora de Encaminhamento:	26/06/2026 às 16:39 h

DOCUMENTO(S) ANEXADO(S)

DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA	
Tipo do Documento	Nome do Arquivo
Requerimento	of-conj_fonasefe-fonacate-centraissindicais_002_mgi_aditivo_pauta-reivindicações.pdf
Complemento	1 - Estudo Técnico 569 - SPFs Reajustes Necessários - Com timbres.pdf

DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR (PREENCHIMENTO OPCIONAL)

Descrição do Documento	Nome do Arquivo
---	2 - Pauta SPFS e informações gerais - Com timbres.pdf

Sua solicitação poderá ter a documentação conferida antes de ser tramitada para a unidade responsável. Em até 24h, a partir do envio, verifique o recebimento do e-mail contendo o Número Único de Protocolo (NUP) e orientações para o acompanhamento.